

01. Contexto operacional

A Paranapanema S.A. (“Paranapanema”, ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Prédio Administrativo I, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais.

A Paranapanema concluiu a construção da Nova Fábrica de Tubos de Cobre em Utinga, utilizando a Tecnologia Cast & Roll inaugurada em 17 de outubro de 2013. Com essa nova tecnologia, a Paranapanema passou a ter a capacidade de produção anual de 36 mil toneladas de tubos, trazendo maior competitividade para o negócio através da melhoria da qualidade do produto e maior produtividade.

As ações da Companhia são listadas e negociadas na BM&FBOVESPA desde 1971, sendo negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia detinha as seguintes participações societárias em suas controladas diretas:

Controladas	2013	2012
CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda (a)	99,99%	99,99%
Paranapanema (USA) Inc.	100,00%	100,00%
Caraíba Incorporated Ltd.	100,00%	100,00%
Caraiba Energia Ltda. (f)	0,00%	99,99%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (b)	99,98%	99,98%
PMA Importadora e Exportadora Ltda. (c)	99,99%	99,99%
PMA Minerals Ltda (d)	99,90%	99,90%
PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda (e)	99,90%	99,90%

a) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Situada no Estado de São Paulo, a Empresa é controlada pela Paranapanema S.A., que detém participação de 99,99%, e tem por principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.

b) Paraibuna Agropecuária Ltda.

Com sede no Estado de São Paulo, com participação de 99,98% da Controladora Paranapanema S.A. a Paraibuna Agropecuária Ltda. tem como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins.

c) PMA Importadora e Exportadora Ltda.

Situada no estado do Espírito Santo, com participação de 99,99% pela controladora Paranapanema S.A. A PMA tem como objeto social, a realização de atividades de comercial exportadora “Trading”, bem como a importação, exportação e distribuição de mercadorias e produtos em geral por conta própria, por encomenda ou por conta e ordem de terceiros.

d) PMA Minerals Ltda.

Situada no Estado de São Paulo, com participação de 99,90% da controladora Paranapanema S.A., a PMA Minerals Ltda. tem como objeto social a exploração de direitos de mineração, venda e atuação como intermediária para terceiros na venda de produtos minerais, distribuição, comercialização e industrialização de produtos. A integralização do capital ocorrerá até 13 de março de 2015 de acordo com a última alteração do contrato social assinada em 13 de março de 2013.

e) PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Situada no Estado de São Paulo, com participação de 99,90% da controladora Paranapanema S.A., a PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda. tem como objeto social a compra, venda, locação, desoneração, exploração de imóveis próprios ou de terceiros. A integralização do capital ocorrerá até 13 de março de 2015 de acordo com a última alteração do contrato social assinada em 13 de março de 2013.

f) Caraiba Energia Ltda.

Situada no estado da Bahia, teve suas atividades encerrada em 29 de novembro de 2013, conforme Distrato Social da Sociedade Limitada assinado em 03 de dezembro de 2013.

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
- As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações financeiras divergem, nessa

avaliação, em relação às normas IFRS, as quais exigem que a avaliação desses investimentos, nas demonstrações separadas da controladora, seja feita pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentados lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014, que autorizou sua divulgação.

B) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas referentes a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 – Ativo Imobilizado – revisão da vida útil

- Nota 16 – Provisões para demandas judiciais
- Nota 22 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 24 – Instrumentos Financeiros Derivativos

03. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A) Base de consolidação

i. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados

abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no Exterior, na extensão em que a proteção (hedge) seja efetivo; ou
- Uma proteção (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

C.1.1) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do

resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda

C.1.2) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e

financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Em outros casos, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que o item objeto do *hedge* afeta o resultado. Caso o

instrumento de hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidos imediatamente no resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifique para a contabilização de hedge, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

C.4.2) Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital.

D) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela

Administração;

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes à ganhos ou perdas decorrentes de hedge de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e apresentado na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

iii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iv. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- | | |
|---------------------|---------|
| • Edificações | 40 anos |
| • Aterro industrial | 4 anos |

• Máquinas e equipamentos	3-12 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil e o valor residual foram revisados em 31 de dezembro de 2013 (veja nota explicativa 11.3).

E) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a expectativa de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

F) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

G) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como

ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

H) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O custo também pode incluir transferência de outros resultados abrangentes de qualquer ganho ou perda nos *hedges* de fluxos de caixa de contas a pagar de compras de estoques em moeda estrangeira.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

I) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

I.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

i. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com

características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável atribuíveis a aplicação do método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um título de dívida (debt security) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda de valor é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Entretanto, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

1.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa

de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

J) Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos, ou a Companhia de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

K) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

L) Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o

comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

M) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

N) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeira dependendo se as

variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

O) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas controladas.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Medida Provisória 627

A administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

P) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Q) Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação com base na atribuição do resultado do exercício de cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o período.

R) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura estão mencionadas abaixo. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

– IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) – a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios

sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos e alterações para as normas e interpretações de IFRS. A seguir descrevemos as principais emenda:

- IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação (CPC 39) – adiciona orientação sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia avaliará os impactos de divulgação quando de sua adoção.
- IAS 39 – Impairmet de ativos (CPC 01) – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios inciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IFRIC 21 – Taxas – fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia avaliará os impactos de divulgação quando de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

S) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

04. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é o

montante estimado pelo qual o ativo imobilizado poderia ser negociado na data de aquisição entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que resultem do uso e eventual venda dos ativos.

iii. Propriedade para investimento

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento da Companhia. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados do arrendamento da propriedade. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes aos fluxos de caixa então é aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de arrendador efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos do arrendamento ou do arrendador que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre a Companhia e o locatário; e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões do arrendamento ou renovações do arrendamento estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e quando apropriado contra-avisos, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado.

Propriedade para investimento em construção é avaliada pela estimativa do valor justo da propriedade concluída e deduzido do montante estimado dos custos para completar a construção, custo dos financiamentos e uma razoável margem de lucro.

iv. Contas a receber de clientes e outros créditos

Os valores justos de contas a receber e outros créditos, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

v. Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de swaps de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à

razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte, quando apropriado.

vi. Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia, seguindo sua política de aplicação de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e em títulos públicos federais em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors e Fitch.

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos		4.479	5.627	7.372	7.429
Aplicações financeiras	5.1	-	52.700	-	52.700
Cambiais recebidas (a)		72.145	135.400	72.145	135.400
Caixa e equivalentes de caixa		76.624	193.727	79.517	195.529
Aplicações financeiras	5.2	339.684	439.267	375.170	439.267
Aplicações financeiras		339.684	439.267	375.170	439.267
		416.308	632.994	454.687	634.796
Aplicações financeiras ativo circulante		275.182	419.146	310.668	419.146
Aplicações financeiras ativo não-circulante		64.502	20.121	64.502	20.121

(a) Referem-se a operações recebidas de clientes no Exterior, aguardando fechamento de câmbio, ou baixas de algum financiamento vinculado à exportação ou o momento em que a Companhia e suas controladas tiverem necessidade de caixa ou alguma operação de compra na mesma moeda externa.

5.1. Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do Balanço Patrimonial, é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2012 eram remuneradas em média a 101,57% do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

5.2. Demais aplicações financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 101,35% (101,57% em 31 de dezembro 2012) do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía R\$149.901 (R\$93.172 em 31 de dezembro de 2012) de aplicações financeiras dadas em garantia de operação de compra de energia no mercado livre, swap de ações e em garantia a fiança bancária.

06. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes no país:				
Terceiros	186.818	178.307	262.254	303.012
Ajuste a valor presente Terceiros	(2.193)	(1.127)	(2.918)	(1.973)
Partes Relacionadas (Nota 10.c)	158.807	297.969	-	-
AVP Partes Relacionadas (Nota 10.c)	(294)	(945)	-	-
Perda estimada do valor recuperável	(27.792)	(30.204)	(33.973)	(35.772)
Clientes no exterior:				
Terceiros	380.743	188.780	380.744	188.689
Ajuste a valor presente	(127)	(1.223)	(127)	(1.223)
	<u>695.962</u>	<u>631.557</u>	<u>605.980</u>	<u>452.733</u>
Ativo circulante	693.720	628.747	603.738	449.923
Ativo não-circulante	2.242	2.810	2.242	2.810

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer mais de 120 dias	10.080	15.664	19.262	15.664
A vencer de 91 a 120 dias	7.108	5.637	8.982	14.556
A vencer de 61 a 90 dias	22.847	17.736	25.937	24.543
A vencer de 31 a 60 dias	68.337	48.081	72.900	83.518
A vencer até 30 dias	587.959	541.255	479.136	311.169
Vencidas até 30 dias	1.654	-	2.217	-
Vencidas de 31 a 60 dias	500	-	500	-
Vencidas de 61 a 90 dias	1	-	1	-
	<u>698.486</u>	<u>628.373</u>	<u>608.935</u>	<u>449.450</u>
Ajuste a valor presente	(2.614)	(3.295)	(3.045)	(3.196)
Outros	90	6.479	90	6.479
	<u>695.962</u>	<u>631.557</u>	<u>605.980</u>	<u>452.733</u>
Ativo circulante	693.720	628.747	603.738	449.923
Ativo não-circulante	2.242	2.810	2.242	2.810

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda. A Companhia constitui provisões para perda estimada como forma de redução do valor recuperável do contas a receber sempre que identifica evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(30.204)	(35.772)
Provisões do exercício	(5.376)	(5.989)
Realizados	7.788	7.788
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(27.792)	(33.973)

O saldo da perda estimada do contas a receber de clientes é constituído por duplicatas vencidas há mais de 60 dias e duplicatas com evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado. A despesa com a constituição da perda estimada do valor recuperável é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

07. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	221.719	208.931	221.719	208.931
Produtos em processo	281.343	413.305	281.343	413.305
Matérias-primas	726.091	371.059	726.091	371.059
Importações em andamento	48.490	263.108	48.490	263.108
Materiais de manutenção e outros	14.265	12.875	14.265	12.875
Matéria prima em trânsito	56.607	31.045	56.607	31.045
Materiais para revenda	1.630	17.260	7.572	21.017
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	19.399	9.261	19.399	9.261
Perda estimada do valor recuperável	(377)	(587)	(377)	(587)
	1.369.167	1.326.257	1.375.109	1.330.014

A constituição ou reversão de perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”. A perda estimada é constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 5 anos. O efeito líquido da reversão para perda dos estoques no período é de R\$210 (R\$587 em dez 2012).

08. Impostos e contribuições a recuperar

		Controladora			
		2013		2012	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(a)	-	14.305	-	14.305
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		-	1.309	14.164	-
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	11.776	-	-
Programa de integração social-PIS	(c)	4.516	1.537	3.826	2.422
Programa de integração social-PIS - Exportação	(c)	23.107	-	4.547	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(b)	23.347	-	20.375	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	(c)	-	21.697	17.625	4.229
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Export.	(c)	55.694	72.233	20.941	-
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	(d)	-	23.878	617	21.062
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		8.060	8.478	5.867	9.688
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		1.294	271	237	271
Reintegra	(e)	63.509	-	10.741	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	(4.196)	-	(4.196)
Outros		335	-	313	-
		179.862	151.288	99.253	47.781

		Consolidado			
		2013		2012	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(a)	-	14.305	-	14.305
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		1.129	1.309	14.165	-
Imposto de renda e contribuição social antecipados		1.912	11.776	-	-
Programa de integração social-PIS	(c)	4.516	1.537	4.267	2.422
Programa de integração social-PIS - Exportação	(c)	23.107	-	4.547	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(b)	23.929	-	20.700	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	(c)	-	21.697	19.657	4.229
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Export.	(c)	55.694	72.233	20.941	-
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	(d)	875	23.878	3.768	21.062
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		8.060	8.478	5.867	9.688
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		1.294	271	237	271
Reintegra	(e)	63.509	-	10.741	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	(4.196)	-	(4.196)
Outros		335	-	313	-
		184.360	151.288	105.203	47.781

(a) Em 15 de maio de 2000, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve sentença definitiva, no Supremo Tribunal Federal – STF, na ação em que pedia a restituição dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, a título de IOF sobre os seus ativos financeiros, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor). A Controlada obteve êxito definitivo no julgamento do mérito, entretanto, aguarda julgamento de embargos à execução de sentença interpostos pela União Federal, por não concordar com os valores executados pela Companhia. O referido ativo está demonstrado ao provável valor de realização, considerando o valor para o qual a Companhia obteve êxito definitivo.

(b) Refere-se substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS, gerados em suas operações, demonstrado pelo seu valor líquido de realização.

(c) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.

(d) Refere-se a imposto de renda e contribuição social a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante, a

Companhia efetuou o pedido de restituição com processo administrativo e aguarda homologação da Receita Federal para compensar ou restituir o valor.

- (e) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da lei 12.844/2013 aplicando-se às exportações realizadas até 31 de dezembro de 2013.
- (f) Constituição de provisão para perda de Impostos a restituir referente a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003, que após análise pela Receita Federal do Brasil foi objeto de glosa sob alegação de prescrição do crédito. A Companhia protocolou manifestação de inconformidade e aguarda decisão definitiva do processo em questão. Nossos consultores jurídicos classificaram o processo como remoto para fins de obtenção de êxito no pleito.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não prevê riscos da não realização dos demais créditos tributários.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

9.1 Demais contas a receber

Controladora					
		2013		2012	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Adiantamentos a fornecedores		813	-	352	-
Depósitos chamada de margem	(b)	14.793	-	-	-
Valores a receber de fornecedores	(a)	-	-	6.539	-
Adiantamentos a funcionários		1.705	-	1.919	-
Contas a receber de seguros		1.784	-	2.175	-
Precatórios municipais		-	6.346	-	6.094
Precatórios federais		-	4.966	-	1.786
Desapropriação		325	1.947	297	1.782
Valor a receber Alienação Cibrafértil		2.284	-	8.897	-
Outras		839	1.420	316	1.420
Perda estimada do valor recuperável		(373)	-	(2.798)	-
		22.170	14.679	17.697	11.082

Consolidado					
		2013		2012	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Adiantamentos a fornecedores		556	-	352	-
Depósitos chamada de margem	(b)	14.793	-	-	-
Valores a receber de fornecedores	(a)	-	-	6.539	-
Adiantamentos a funcionários		1.705	-	1.923	-
Contas a receber de seguros		1.784	-	2.825	-
Precatórios municipais		-	6.346	-	6.094
Precatórios federais		-	4.966	-	1.786
Desapropriação		325	1.947	297	1.782
Valor a receber Alienação Cibrafértil		2.284	-	8.897	-
Outras		1.038	1.420	413	1.420
Perda estimada do valor recuperável		(373)	-	(2.798)	-
		22.112	14.679	18.448	11.082

(a) Os valores a receber de fornecedores referem-se aos contratos de compra de concentrado de cobre que incluem um preço provisório na data de embarque e com o preço final em um período futuro determinado.

(b) A "Margem de Garantia" refere-se a valores que são depositados junto aos Brokers de Metal para cobrir a exposição da Paranapanema S.A que ultrapassa os limites estabelecidos pelos brokers. A Paranapanema possui um limite de valor para operar junto ao Broker e em decorrência do volume de contratações e da variação da commodity (cobre/zinco/estanho/chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (LONDON METALS EXCHANGE) este limite pode ser ultrapassado; é quando ocorre a chamada de margem.

9.2 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista	21.289	29.836	21.289	29.836
Previdenciário	4.575	633	4.575	633
Cível	13.383	13.383	13.383	13.383
Tributário	13.876	13.490	13.876	13.490
Precatórios	2.886	-	2.886	-
Outros	4.419	4.191	4.419	4.191
	60.428	61.533	60.428	61.533

10. Investimentos e partes relacionadas

a) Informações financeiras resumidas dos investimentos em 31 de dezembro de 2013

Empresas	Saldo de investimentos		Provisão PL Negativo	Equivalência		Informações financeiras resumidas de controladas em 31 de dezembro de 2013						
	2013	2012	2012	2013	2012	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado Acumulado
Paraibuna Agropec. Ltda.	598	598	-	-	(1)	-	804	206	6.400	598	-	-
PINC - Paranapanema (USA) Inc.	89	90	-	(14)	(14)	233	-	144	398	89	-	(14)
PMA Imp. e Exp. Ltda.	238	242	-	(4)	114	239	-	1	150	238	-	(4)
CINC - Caraíba Incorporated Ltda..	82	-	(1)	83	(27)	773	-	691	2	82	209.374	83
CDPC - Centro Distrib. Prods. Cobre Ltda.	8.779	-	(7.536)	6.316	(11.624)	165.796	10.472	167.489	22.000	8.779	2.736.341	6.316
	9.786	930	(7.537)	6.381	(11.552)	167.041	11.276	168.531	28.950	9.786	2.945.715	6.381
Operação descontinuada												
Cibrafétil - Cia. Brasileira de Fertilizantes	-	-	-	-	(7.141)	-	-	-	-	-	-	-

b) Movimentação de investimentos da empresa controladora

	2013					2012
	Paraibuna Agropec. Ltda.	PMA Importadora e Exportadora Ltda.	PINC - Paranapanema USA Inc.	CINC - Caraíba International	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	Total
No início do período	598	242	90	-	-	930
Reversão Provisão PL negativo	-	-	-	(1)	(7.537)	(7.538)
Constituição / aumento de capital	-	-	-	-	10.000	10.000
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	13	-	-	13
Equivalência patrimonial	-	(4)	(14)	83	6.316	6.381
Operação descontinuada	-	-	-	-	-	-
No fim do período	598	238	89	82	8.779	9.786

c) Saldos e transações da empresa controladora com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Vendas de mercadorias e serviços	Compras de mercadorias e serviços
Controladas diretas				
Contas a receber / pagar				
CDPC -Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda.	158.601	48.792	2.711.590	672.775
Paraibuna Agropecuária Ltda.	206	-	-	-
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	-	685	-	111.008
	<u>158.807</u>	<u>49.477</u>	<u>2.711.590</u>	<u>783.783</u>
Ajuste a valor presente - CDPC	(294)	-	-	-
	<u>158.513</u>	<u>49.477</u>	<u>2.711.590</u>	<u>783.783</u>
Demais contas a receber / pagar				
PINC - Paranapanema (USA) Inc.	144	-	-	-
CDPC -Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda.	8	101	-	-
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	6	-	-	-
	<u>158</u>	<u>101</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>158.671</u>	<u>49.578</u>	<u>2.711.590</u>	<u>783.783</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>297.969</u>	<u>159.246</u>	<u>2.366.731</u>	<u>848.911</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$158.601, registrado no contas a receber, refere-se a transações de venda entre a controladora e sua controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Quanto ao valor de R\$48.792, registrado no passivo circulante, refere-se à compra de cátodo e sucata da Controlada.

d) Honorários da Administração

A Companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 e CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não realizou operações com o acionista controlador.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração dos conselheiros e estatutários	(6.771)	(7.138)	(6.771)	(7.441)
Participação de resultados	(6.940)	(5.348)	(6.940)	(5.348)
Encargos sociais de diretores e conselheiros	(756)	(1.562)	(756)	(1.623)
Previdência privada, assist. médica e seguro de vida	(54)	(386)	(54)	(396)
	<u>(14.521)</u>	<u>(14.434)</u>	<u>(14.521)</u>	<u>(14.808)</u>

Os valores descritos no quadro acima estão registrados substancialmente na rubrica “Honorários da Administração”.

De acordo com o IAS 24 (alterações) /CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

11. Imobilizado e intangível

11.1. Movimentação sumária do imobilizado

		Controladora							
Taxa média anual de depreciação - %		2012	Adições	Baixas	Transferências	Juros Capitalizados	Depreciação Amortização	Perda estimada do valor Recuperável	2013
IMOBILIZADO									
Custo									
		181.552	-	(1.019)	-	-	-	-	180.533
		205.561	-	-	61.936	-	-	-	267.497
		8.573	-	-	-	-	-	-	8.573
		879.483	-	(14.821)	359.354	-	-	-	1.224.016
		3.086	-	(1.050)	-	-	-	-	2.036
		25.937	-	(27)	1.420	-	-	-	27.330
		503.359	115.382	-	(423.616)	4.148	-	-	199.273
		43.603	3.832	-	-	-	-	(961)	46.474
		1.851.154	119.214	(16.917)	(906)	4.148	-	(961)	1.955.732
Depreciação Acumulada:									
	2,2	(53.567)	-	-	-	-	(7.665)	-	(61.232)
	25	(8.573)	-	-	-	-	-	-	(8.573)
	8,5	(377.417)	-	14.753	-	-	(94.530)	-	(457.194)
	20	(2.915)	-	1.049	-	-	(46)	-	(1.912)
	10	(21.642)	-	3	-	-	(1.267)	-	(22.906)
		(464.114)	-	15.805	-	-	(103.508)	-	(551.817)
Custo Líquido									
		1.387.040	119.214	(1.112)	(906)	4.148	(103.508)	(961)	1.403.915
INTANGÍVEL									
Custo									
		42.822	-	-	906	-	-	-	43.728
		42.822	-	-	906	-	-	-	43.728
Amortização Acumulada:									
	20	(37.646)	-	-	-	-	(1.643)	-	(39.289)
		(37.646)	-	-	-	-	(1.643)	-	(39.289)
		5.176	-	-	906	-	(1.643)	-	4.439

		Consolidado							
Taxa média anual de depreciação - %		2012	Adições	Baixas	Transferências	Juros Capitalizados	Depreciação Amortização	Perda estimada do valor Recuperável	2013
IMOBILIZADO									
Custo									
		182.357	-	(1.019)	-	-	-	-	181.338
		205.561	-	-	61.936	-	-	-	267.497
		8.573	-	-	-	-	-	-	8.573
		879.561	-	(14.821)	359.355	-	-	-	1.224.095
		3.085	-	(1.050)	-	-	-	-	2.035
		26.000	3	(27)	1.420	-	-	-	27.396
		503.359	115.383	-	(423.616)	4.148	-	-	199.274
		43.605	3.832	-	-	-	-	(961)	46.476
		1.852.101	119.218	(16.917)	(905)	4.148	-	(961)	1.956.684
Depreciação Acumulada:									
	2,2	(53.567)	-	-	-	-	(7.665)	-	(61.232)
	25	(8.573)	-	-	-	-	-	-	(8.573)
	8,5	(377.432)	-	14.753	-	-	(94.538)	-	(457.217)
	20	(2.915)	-	1.049	-	-	(46)	-	(1.912)
	10	(21.674)	-	3	-	-	(1.281)	-	(22.952)
		(464.161)	-	15.805	-	-	(103.530)	-	(551.886)
Custo Líquido									
		1.387.940	119.218	(1.112)	(905)	4.148	(103.530)	(961)	1.404.798
INTANGÍVEL									
Custo									
		42.823	-	-	905	-	-	-	43.728
		42.823	-	-	905	-	-	-	43.728
Amortização Acumulada:									
	20	(37.646)	-	-	-	-	(1.643)	-	(39.289)
		(37.646)	-	-	-	-	(1.643)	-	(39.289)
		5.177	-	-	905	-	(1.643)	-	4.439

11.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2013, as imobilizações em andamento, apresentadas no consolidado, no valor de R\$199.274 (R\$503.359 em 31 de dezembro de 2012), estavam substancialmente representadas por:

11.2.1. A unidade de Dias d'Ávila - BA: possui investimentos no montante de R\$103.451 (R\$330.044 em 31 de dezembro de 2012), referentes a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção de catodo de cobre. Os principais projetos são: i) Manutenção da atividade operacional; ii) Atualização tecnológica e expansão da fábrica; iii) Automação painel sulfúricos e efluentes; iv) Instalação de uma trefila bifilar.

11.2.2. A unidade de Santo André - SP possui investimentos no montante de R\$95.823 (R\$173.315 em 31 de dezembro de 2012), sendo os principais projetos: i) Construção de um armazém para a nova fábrica de tubos; ii) Expansão e atualização tecnológica das linhas de produção de semielaborados de cobre

11.2.3. Custos de empréstimos capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção e atualização do parque fabril, descrito nos itens 11.2.1 e 11.2.2, cuja previsão de entrada em operação está demonstrada abaixo, estão sendo capitalizados com parte do custo do correspondente projeto. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Os custos de empréstimos capitalizados e contabilizados até 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 19.174 (R\$15.026 em 2012).

Projeto	Nota	Controladora	
		2013	2012
-Construção de nova fabrica de tubos	11.2.2 i	1.455	2.004
-Expansão das linhas de produção	11.2.2 ii	8.913	6.261
-Instalação de uma trefila bifilar	11.2.1 iv	-	1.055
-Atualização tecnológica e expansão da fabrica	11.2.1 ii	8.806	5.706
		19.174	15.026

As taxas são calculadas de acordo com a média dos empréstimos captados e utilizados para a aquisição do imobilizado.

11.3. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2013, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

11.4. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens móveis integrantes do seu ativo imobilizado em garantia de processos trabalhistas e fiscais, que em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$ 66.165 (R\$54.538 em 31 de dezembro de 2012). Caso ocorra decisão desfavorável em relação a algum processo, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, que em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$ 327.328 (R\$416.076 em 31 de dezembro de 2012).

11.5. Intangível

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2013, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Nacionais				
Fornecedores - Partes Relacionadas (Nota 10.b)	49.477	159.246	-	-
Fornecedores - Mercadorias	58.635	126.696	58.810	129.394
Fornecedores - Serviços	9.530	9.058	9.568	9.540
Fornecedores - Fretes e Transportes	14.637	12.445	17.379	15.131
Fornecedores - Energia Elétrica/Água e Esgoto/Gás	6.316	6.191	6.316	6.191
Fornecedores - Seguros	436	1.307	436	1.307
Fornecedores - Outros	750	1.738	751	1.739
Ajuste a valor presente	(106)	(375)	(114)	(377)
	139.675	316.306	93.146	162.925
Exterior				
Fornecedores - Mercadorias	1.481.914	1.536.669	1.482.599	1.538.205
	1.481.914	1.536.669	1.482.599	1.538.205
	1.621.589	1.852.975	1.575.745	1.701.130
Passivo circulante - Terceiros	1.614.849	1.845.594	1.569.005	1.693.749
Passivo não-circulante	6.740	7.381	6.740	7.381

13. Empréstimos e financiamentos

a) Captados a curto prazo (BRL)

	Controladora		Consolidado	
	Passivo circulante		Passivo circulante	
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos de comércio exterior	426.143	308.744	426.143	308.744
	426.143	308.744	426.143	308.744

Em 31 de dezembro de 2013, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a curto prazo eram como segue:

	Controladora	Consolidado
Todas as taxas estão entre 2% e 3,5%.....	426.143	426.143
	426.143	426.143

b) Captados a longo prazo

Contratados no mercado externo (BRL)

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Não circulante		Passivo circulante		Não circulante	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Financiamentos de importação	12.067	37.631	50.244	53.082	12.067	37.631	50.244	53.082
Empréstimos em moeda estrangeira	35.477	183.036	231.895	26.788	35.477	183.036	231.895	26.788
	47.544	220.667	282.139	79.870	47.544	220.667	282.139	79.870

Em 31 de dezembro de 2013, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo no mercado externo eram como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 3%.....	16.359	16.359
Acima de 3%.....	313.324	313.324
	329.683	329.683

Contratados no mercado interno (BRL)

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Não circulante		Passivo circulante		Não circulante	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Financiamento de Projetos	6.074	2.998	40.127	34.667	6.074	2.998	40.127	34.667
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	22.570	126	202.597	158.123	22.570	126	202.597	158.123
NCE	17.155	-	73.750	-	17.155	-	73.750	-
	45.799	3.124	316.474	192.790	45.799	3.124	316.474	192.790

Em 31 de dezembro de 2013, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo no mercado interno como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 5%.....	19.895	19.895
De 5% até 8%.....	110.128	110.128
Acima de 8%.....	232.250	232.250
	362.273	362.273

c) Total de empréstimos e financiamentos (BRL)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo circulante (a + b).....	519.486	532.535	519.486	532.535
Passivo não-circulante (b).....	598.613	272.660	598.613	272.660

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2013 tem o seguinte vencimento (BRL):

	Controladora	Consolidado
2015.....	179.063	179.063
2016.....	182.193	182.193
2017.....	143.107	143.107
2018.....	59.177	59.177
2019.....	35.073	35.073
	598.613	598.613

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos captados a longo prazo denominados FINEM (BNDES), FINAME (BNDES), FNE (BNB) e FINIMP, estão garantidos por bens do ativo imobilizado. O valor líquido contábil destes ativos é de R\$ 327.328, suficiente para a cobertura dos respectivos empréstimos, sendo R\$ 256.035 de terrenos e instalações e R\$ 68.293 de máquinas e equipamentos.

A Companhia detém empréstimos bancários (pré-pagamentos de exportação) no montante de R\$ 251.212 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 114.882 em 31/12/2012). De acordo com os termos do contrato, esse empréstimo será pago em parcelas nos próximos 4 anos. Contudo, o contrato contém covenants medidos trimestralmente pelo resultado acumulado do ultimo período de 12 meses, medidos com base nos índices de dívida líquida dividida por Ebitda (Lajida), índice do ativo circulante dividido pelo passivo circulante (Liquidez Corrente) e o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

A Companhia apresentou conformidade com os *covenants* em 31 de dezembro de 2013.

14. Salários e Encargos Sociais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisões de férias	25.334	23.302	25.375	23.338
Fundo de garantia por tempo de Serviço	1.938	1.437	1.941	1.439
Previdencia social	7.037	6.425	7.059	6.495
Previdencia privada	677	559	677	559
Participação nos resultados	15.103	14.265	15.103	14.265
Outros	36	33	36	33
Passivo circulante	50.125	46.021	50.191	46.129

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto circulação de mercadorias e serviços - ICMS	10.050	6.814	10.625	6.902
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.192	2.173	2.192	2.173
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.945	2.974	2.948	2.981
Programa de integração social - PIS	24	-	41	-
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS	113	-	193	-
Imposto sobre serviços - ISS	417	1.026	419	1.031
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços	446	787	451	798
Outros	303	30	303	30
	16.490	13.804	17.172	13.915
Passivo circulante	15.652	12.402	16.334	12.513
Passivo não-circulante	838	1.402	838	1.402

Considerações gerais

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

16. Provisão para demandas judiciais

16.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis, na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente pela Administração, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias	6.349	7.256	6.349	7.256
Previdenciárias	939	615	939	615
Trabalhistas	155.312	110.560	155.312	110.560
Cíveis	16.366	14.441	16.366	14.441
Outros	656	192	656	192
	179.622	133.064	179.622	133.064

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

No caso de contingências tributárias, tratam-se de processos administrativos em trâmite perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto reside na cobrança de Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) ou recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e sobre a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), em decorrência de inobservância de obrigação acessória.

Em relação a provisão para contingência trabalhista, tratam-se de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora					
	Tributárias	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2012	7.256	615	110.560	14.441	192	133.064
Provisão	7.799	324	67.388	6.482	464	82.457
Reversão	(3.269)	-	(7.942)	(3.402)	-	(14.613)
Baixas	(5.437)	-	(14.694)	(1.155)	-	(21.286)
Em 31 de dezembro de 2013	6.349	939	155.312	16.366	656	179.622

	Consolidado					
	Tributárias	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2012	7.256	615	110.560	14.441	192	133.064
Provisão	7.799	324	67.388	6.482	464	82.457
Reversão	(3.269)	-	(7.942)	(3.402)	-	(14.613)
Baixas	(5.437)	-	(14.694)	(1.155)	-	(21.286)
Em 31 de dezembro de 2013	6.349	939	155.312	16.366	656	179.622

16.2) Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões para demandas judiciais.

Os processos cujo risco é avaliado como **possível** estão sumariados a seguir. Os de maior relevância estão comentados nos itens de “a” a “e”:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas	107.496	83.636	107.496	83.636
Tributárias	1.094.854	1.114.960	1.170.892	1.172.018
Previdenciárias	23.032	21.714	23.032	21.714
Cíveis	261.622	224.047	261.622	224.047
Outras	32.887	28.116	32.887	28.116
	1.519.891	1.472.473	1.595.929	1.529.531

a) Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1992, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

A decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia que deixou de existir, foi questionada pela Fazenda Nacional, através de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Caraíba Metais S. A., ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito da Companhia em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição a partir do ano-base de 1992. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos aos anos calendários de 1994 a 2008, sendo que três deles já são alvos de Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice de garantia judicial, as quais foram aceitas pelo juiz competente. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima os valores envolvidos em R\$ 451.230 (R\$418.814 em 31 de dezembro de 2012).

Cumpre informar que está englobado nos valores envolvidos sobre a matéria em referência o valor atualizado de R\$ 49.505, correspondente à Execução Fiscal classificada com grau de probabilidade de perda remota em virtude da identidade do tema.

b) Imposto de Importação, PIS e COFINS - Drawback

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração (processo nº 13502.000867/2007-31) com o objetivo de exigir da Companhia incorporada Caraíba Metais S.A. os débitos de Imposto de Importação (II), PIS e COFINS sobre operações de importações realizadas mediante regime especial de Drawback (Drawback-isenção no período de 2004, 2005 e 2006) sob o argumento de que estaria sendo duplamente beneficiada pelo referido regime em virtude do fato de não ter havido pagamento de tributos nas operações anteriores. O valor envolvido, em 31 de dezembro de 2013, monta aproximadamente R\$ 413.172 (R\$465.773 em 31 de dezembro de 2012), o qual não se encontra provisionado, uma vez que os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda dessa ação é possível, tendo em vista a natureza da demanda e a inexistência de precedente jurisprudencial sobre a matéria.

c) Multa isolada IPI e IRPJ

Trata-se de auto de infração (Processo nº 13502.000085/2009-63) visando à cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela Companhia.

Em 24 de agosto de 2010, a Companhia obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecida, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

Em valores históricos, a autuação foi reduzida de R\$ 78.029 para R\$ 43.215. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima o valor em decorrência do êxito parcial nos autos, não provisionados e devidamente atualizados, em R\$ 68.156 (R\$ 62.146 em 31 de dezembro de 2012 – informado valor envolvido com redução). Atualmente, o Processo Administrativo se encontra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia.

d) PIS e COFINS Não cumulativo

Auto de Infração (Processo nº 13502.001320/2009-14) lavrado por suposta falta de recolhimento das obrigações tributárias relativas à PIS e COFINS não cumulativo, relativo ao período de novembro de 2004 a janeiro de 2005.

Originou-se da não homologação do pleito de compensação de créditos de PIS/COFINS originados da aquisição de insumos.

A Companhia apresentou, em 12 de maio de 2012, Recurso Voluntário ao acórdão que julgou parcialmente procedente a Manifestação de Inconformidade.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima os valores envolvidos com a redução da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal, não provisionados, atualizados em R\$ 34.593, em decorrência do reajustamento do critério de atualização, conforme previsão legal (R\$ 32.220 em 31 de dezembro de 2012).

e) Massa Falida do Banco Santos

Trata-se de Execução nº 583.00.2007.236736-9, movida pela Massa Falida do Banco Santos em face da Eluma S.A. Indústria e Comércio, incorporada pela Paranapanema S.A., na qual o Banco Santos executa dois contratos de cessão de crédito de exportação.

Em 30 de abril de 2008 foi proferido despacho deferindo penhora online dos ativos financeiros da Eluma até o limite de R\$ 84.849 e a expedição de ofício à Delegacia da Polícia Federal, a fim de que fossem fornecidas as declarações da Eluma, de anos-base 2004, 2005 e 2006. A Eluma apresentou petição informando sobre o efeito suspensivo concedido nos autos dos embargos à execução e requerendo a reconsideração da decisão.

Em 11 de fevereiro de 2011 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente os Embargos à Execução, com a consequente extinção da Execução diante da inexigibilidade dos títulos, além da quitação do débito, indeferido o pedido de condenação da exequente ao pagamento em dobro do valor executado indevidamente.

Declarada a sucumbência recíproca, a sentença determinou que cada parte arcasse com as custas já despendidas e com os honorários dos seus advogados. A Massa Falida do Banco Santos apresentou recurso de Apelação. O Juiz recebeu a Apelação nos efeitos

suspensivos e devolutivos, bem como determinou vista à Paranapanema para apresentação de contrarrazões.

Após apresentação de contrarrazões, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Banco Santos e da Apelação Adesiva interposta pela Eluma.

O Tribunal negou provimento aos recursos de apelação interpostos por ambas as partes, e o acórdão foi publicado em 05 de setembro de 2012.

Em 12 de abril de 2013 foi juntado o Recurso Especial interposto pela Massa Falida do Banco Santos. Em 12 de junho de 2013 foi juntada as contrarrazões apresentadas pela Paranapanema. Atualmente, o Recurso Especial aguarda o juízo de admissibilidade do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor da causa atualizado era de R\$ 207.289.

16.2.1) Outros riscos não provisionados relevantes

a) Contrato UBS Pactual S.A. e Santander S.A.

Consoante já divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, a Paranapanema S.A. celebrou, em 22 de agosto de 2008, com os bancos acionistas UBS Pactual S.A. e Santander S.A., contratos que têm como ativo subjacente o preço da ação da Paranapanema S.A. e que são objeto de procedimento arbitral, em tramitação sob sigilo. Segundo os pareceres de diversos renomados juristas, os referidos contratos não geram obrigações para a Companhia porque configuram restituição do capital subscrito e integralizado por esses dois bancos acionistas quando do aumento de capital privado, homologado em Reunião de Conselho de Administração de 20 de agosto de 2008 dentro do limite do capital autorizado. Essa restituição de capital, segundo os pareceres jurídicos, é indevida, pois esses contratos infringem o princípio da intangibilidade do capital social, art. 6º da Lei nº 6.404/76. Os Bancos BTG Pactual e Santander alienaram, em leilão especial da BM&FBOVESPA de 12 de novembro de 2009, praticamente a totalidade das ações remanescentes que tinham subscrito do capital da Paranapanema S.A., por preço unitário de cerca de 54% superior ao preço de integralização das ações.

O Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá proferiu sentença arbitral (divulgada no dia 30 de outubro de 2012) admitindo a sua competência/jurisdição para decidir a controvérsia (que era questionada pela Paranapanema, tendo em vista que os contratos em questão elegeram o Judiciário, e impugnando a constituição irregular do Tribunal Arbitral, porquanto a Companhia foi impedida de eleger árbitro da sua confiança), bem como reconhecendo a total validade desses contratos, responsabilizando a Paranapanema ao pagamento das seguintes importâncias: R\$ (i) R\$157.198 (corrigido pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% ao mês desde 01 de julho de 2011); (ii) R\$116.027 (corrigido pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% ao mês desde 01 de outubro de 2010; (iii) R\$17.112 (corrigido pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% ao mês desde 06 de fevereiro de 2009); e (iv) R\$1.500 a título de honorários advocatícios". Com fundamento no art. 30 da Lei de Arbitragem, a Paranapanema apresentou, em 05 de novembro de 2012, pedido de esclarecimento sobre questões não decididas pelo Tribunal Arbitral, o que levou à suspensão da sentença. O Tribunal Arbitral rejeitou o pedido da Paranapanema, e ao decidir o pedido do BTG contra a sentença que resolveu a arbitragem, reconheceu que o BTG, embora figurasse no polo passivo, se sagrou vitorioso no mérito e condenou a Paranapanema ao pagamento de honorários aos advogados do aludido banco, distribuindo a "verba honorária fixada em R\$ 1.500 na proporção de 75% para os patronos de Santander

e de 25% para os patronos de BTG Pactual, tornando a decisão definitiva. Em face da sentença arbitral, a Paranapanema buscou o Judiciário para anular a arbitragem e suspender os efeitos da mesma. Em 10 de janeiro de 2013, a Paranapanema conseguiu decisão judicial, suspendendo os efeitos da sentença arbitral, até o julgamento do mérito da ação que visa a decretação de nulidade da sentença arbitral. No dia 25 de fevereiro de 2013, o Santander interpôs agravo de instrumento contra a mencionada decisão. No dia 02 de maio de 2013, foi realizado o julgamento do recurso, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo a Câmara julgadora, à unanimidade, negado provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância. Em 22 de julho de 2013 foi proferida Sentença da ação anulatória da arbitragem, confirmando a tutela antecipada e declarando nula a sentença arbitral. Da Sentença Judicial, as partes apelaram para o Egrégio Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, e aguardam uma decisão.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é representado por 319.176.942 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária do capital da Companhia é como segue:

		2013		2012
	%	Ordinárias	%	Ordinárias
Caixa de Previd. Dos Func. Do Banco do Brasil - PREVI	23,96%	76.468.727	23,96%	76.468.727
Caixa Economica Federal	17,23%	54.990.591	17,23%	54.990.591
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	11,81%	37.702.020	12,14%	38.739.605
EWZ Investments LLC - Socopa Soc. Corretora Paulista	8,22%	26.224.152	8,42%	26.862.052
Sul America Expertise FIA	4,39%	14.015.800	3,63%	11.601.400
Ações em Tesouraria	0,01%	24.505	0,01%	24.505
Mercado	34,39%	109.751.147	34,62%	110.490.062
Quantidade de Ações		319.176.942		319.176.942

b) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$2.500.000, cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

c) Direitos das ações

Na ocorrência de alienação a título oneroso de bloco de ações que assegure a um acionista ou a um Grupo de Acionistas o Poder de Controle da Sociedade, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Acionista Adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Sociedade pelo mesmo valor por ação da Sociedade pelo qual as ações ordinárias do bloco de controle tenham sido alienadas (i.e., tag along de 100%), de forma a assegurar aos acionistas ordinários da Sociedade tratamento justo e

igualitário àquele dado ao alienante, e observando-se, no mais, os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e pela CVM.

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Direito de voto a todas as ações que compõem o capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

d) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha 24.505 ações em tesouraria, sendo todas ações ordinárias (24.505 em 31 de dezembro de 2012). O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2013, é de R\$128 (R\$122 em 31 de dezembro de 2012).

f) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da empresa, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977). Do valor de R\$ 27.560 registrado em 2013, R\$6.846 refere-se ao incentivo fiscal apurado no exercício de 2013 e R\$ 20.681 refer-se ao incentivo fiscal apurado no exercício de 2012.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em fluxo de caixa de hedge na pendência do reconhecimento posterior dos fluxos de caixa que foram hedge (veja nota explicativa nº24)
- Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas controladas com operações no Exterior.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos e passivos a que eles se referem.

h) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BM&FBOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2013 a R\$1.662.912 (R\$1.583.118 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2013 um patrimônio líquido de R\$ 1.374.728 (R\$ 1.461.730 em 31 de dezembro de 2012), sendo o valor patrimonial das ações de R\$ 4,31 (R\$ 4,58 em 31 de dezembro de 2012).

i) Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais *dilutivas* em ações ordinárias

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) atribuído a detentores de ações ordinárias da controladora - lucro (prejuízo) básico por ação	5.905	(206.476)
Media ponderada da quantidade de ações para o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	319.152.437	319.152.437
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,01850	(0,64695)

*A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o período.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

18. Receita Líquida

a) Abertura da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas	7.084.594	5.553.034	6.397.714	4.731.960
Mercado interno	4.898.206	4.407.957	4.112.960	3.586.883
Mercado externo	2.186.388	1.145.077	2.284.754	1.145.077
Impostos e Deduções de Vendas	(986.315)	(884.707)	(849.093)	(706.186)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(29.434)	(29.402)	(29.434)	(29.402)
Demais impostos e deduções sobre vendas	(956.881)	(855.305)	(819.659)	(676.784)
Receita líquida de vendas	6.098.279	4.668.327	5.548.621	4.025.774

b) Informações geográficas – receitas de clientes no Exterior

	Consolidado	
	2013	2012
Suíça	837.476	346.103
Japão	325.408	11.566
Argentina	324.249	309.229
Alemanha	206.297	91.638
Grã-Bretanha	161.745	5.087
Cingapura	68.301	-
Bermudas	63.947	-
Colômbia	62.423	27.820
Costa Rica	59.254	99.728
Estados Unidos	53.236	111.357
Uruguai	20.828	19.967
Israel	19.241	26.083
Bolívia	14.747	15.809
China	8.698	3.824
Bélgica	5.922	12.625
Canadá	4.508	8.297
Paraguai	553	5.851
Diversos	47.921	50.093
	2.284.754	1.145.077

19. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo do Metal	(5.138.489)	(4.018.197)	(4.569.972)	(3.361.461)
Depreciação e amortização	(111.621)	(70.847)	(111.655)	(72.299)
Despesas com funcionários	(262.079)	(231.189)	(262.643)	(234.949)
Seguros	(3.793)	(4.705)	(3.793)	(4.786)
Impostos e taxas	(5.080)	(4.394)	(5.084)	(4.594)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif	(118.816)	(110.094)	(118.831)	(116.124)
Despesas de viagem	(3.780)	(2.737)	(3.781)	(3.025)
Materiais diversos de manutenção	(76.528)	(60.219)	(76.538)	(65.091)
Serviços prestados por terceiros e outros	(85.793)	(35.342)	(86.753)	(38.287)
Outros	(31.736)	(11.023)	(32.738)	(16.128)
	(5.837.715)	(4.548.747)	(5.271.788)	(3.916.744)
Custo dos produtos vendidos	(5.722.196)	(4.477.579)	(5.153.751)	(3.841.525)
Despesas com vendas	(30.941)	(31.576)	(32.915)	(34.129)
Despesas gerais e administrativas	(84.578)	(39.592)	(85.122)	(41.090)
	(5.837.715)	(4.548.747)	(5.271.788)	(3.916.744)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Vendas diversas		947	1.935	947	1.961
Vendas de ativo imobilizado		2.131	400	2.131	400
Venda de Investimentos - Cibrafertil		-	19.846	-	19.846
Reversão de provisão para demandas judiciais	16.1	14.613	2.097	14.613	4.035
Reversão de outras perdas estimadas		5.348	3.518	5.348	5.091
Reversão de provisão material obsoleto	07 e 11	210	13.824	210	13.824
Reversão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	06	298	-	298	-
Reversão de Provisão PL negativo de controlada		-	2.202	-	-
Recuperações diversas		3.745	2.685	3.826	2.685
Recuperações de impostos		-	1	-	121
Refis - Lei 11/941/09		4.467	-	4.467	-
Locação de imóveis e equiptos.		464	719	464	719
Precatórios		7.271	-	7.271	-
Venda de Bens não operacionais		8.000	-	8.000	-
Outras receitas operacionais		1.953	1.507	1.953	1.707
		49.447	48.734	49.528	50.389
PIS e COFINS sobre outras receitas		(221)	(358)	(228)	(360)
Ociosidade		(11.456)	(57.412)	(11.456)	(62.073)
Custo ativo imobilizado baixado		(1.112)	(6.676)	(1.112)	(6.676)
Custo da venda de investimento - Cibrafertil		-	(47.780)	-	(47.780)
Custo da venda de investimento - Min. Taboca		-	(14.454)	-	(14.454)
Custo das vendas diversas		(1.857)	(94)	(1.857)	(94)
Indenizações trabalhistas		(9.791)	(4.925)	(9.806)	(4.925)
Provisão para demandas judiciais	16.1	(82.457)	(133.365)	(82.457)	(133.365)
Perda estimada para perda material obsoleto	07 e 11	(962)	(17.139)	(962)	(17.139)
PL negativo de controlada		-	(9.739)	-	-
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	06	(5.674)	(5.933)	(6.287)	(11.507)
Outras perdas estimadas		(10.881)	(23.566)	(10.881)	(25.323)
Provisão perda creditos Impostos a restituir	08-f	-	(4.196)	-	(4.196)
Refis - Lei 11/941/09		(9.829)	-	(9.829)	-
Multas por auto de infração		(104)	(753)	(119)	(855)
Contribuições e doações		(80)	(830)	(80)	(865)
Programas culturais		(92)	(130)	(92)	(135)
Custo da venda de Bens não operacionais		(1.756)	-	(1.756)	-
Outras despesas operacionais		(3.141)	(3.335)	(3.151)	(3.365)
		(139.413)	(330.685)	(140.073)	(333.112)
Total de outras despesas operacionais, líquidas		(89.966)	(281.951)	(90.545)	(282.723)

21. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesa de juros	(48.702)	(43.686)	(74.236)	(60.542)
Variação cambial passiva	(440.564)	(377.006)	(440.565)	(384.171)
Variação monetária passiva	(1.961)	(4.001)	(1.961)	(5.766)
Despesas bancárias / IOF	(13.983)	(11.057)	(14.035)	(11.266)
Ajuste a valor presente	(45.255)	(14.910)	(64.053)	(43.336)
Instrumentos financeiros derivativos	(138.868)	(212.617)	(138.925)	(212.922)
Hedge de valor justo de estoques	(59.396)	(110.586)	(59.396)	(110.586)
Outras despesas financeiras	(10.852)	(13.028)	(11.292)	(13.044)
Total das despesas financeiras	(759.581)	(786.891)	(804.463)	(841.633)
Receita de juros	60.997	59.495	67.387	62.887
Variação cambial ativa	288.100	237.961	288.100	240.486
Variação monetária ativa	5.415	6.297	5.415	6.297
Ajuste a valor presente	40.693	53.035	68.121	87.077
Instrumentos financeiros derivativos	197.450	257.151	197.467	257.151
Hedge de valor justo de estoques	7.809	114.996	7.809	114.996
Outras receitas financeiras	3.658	1.844	6.756	2.021
Total das receitas financeiras	604.122	730.779	641.055	770.915
Total resultado financeiro	(155.459)	(56.112)	(163.408)	(70.718)

22. Imposto de renda e contribuição social diferidos

22.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Créditos sobre prejuízos fiscais	95.837	101.985	103.505	109.092
Ajustes de avaliação patrimonial	(88.530)	(92.149)	(88.530)	(92.149)
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	93.408	73.954	96.133	76.998
	100.715	83.790	111.108	93.941
Ativo não-circulante	100.715	83.790	111.108	93.941

A Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 406.406 (R\$ 407.942 em 31 de dezembro de 2012) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A composição dos saldos de impostos de renda diferidos por empresa em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Paranapanema S/A	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	Total
Créditos sobre prejuízos fiscais	95.837	7.668	103.505
Ajustes de avaliação patrimonial	(88.530)	-	(88.530)
Créditos sobre diferenças temporárias:			
- Créditos sobre provisões	93.408	2.725	96.133
Total em 31 de dezembro de 2013	100.715	10.393	111.108
Total em 31 de dezembro de 2012	83.790	10.151	93.941

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registrados na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Os tributos diferidos gerados por estas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	Consolidado	
	2013	2012
Decorrentes de diferenças temporárias		
Variações cambiais líquidas	83.154	38.144
Perdas (reversões) estimadas para créditos de liquidação duvidosa	33.973	35.772
Perda (reversão) estimada valor recuperável dos estoques	8.285	(1.565)
Perdas (reversões) estimadas diversas	21.781	49.333
Provisões (reversões) instrumentos financeiros e outros	39.027	(9.209)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	179.623	133.064
Provisões diversas	(2.231)	42.147
Participação de administradores e outros	15.103	14.265
Provisão ajuste valor presente	2.932	2.819
Total Provisões (reversões)	381.647	304.770
Base Controladora	373.633	295.816
Alíquota IR	25%	25%
IR s/ diferenças temporárias	93.408	73.954
Base Coligadas	8.014	8.954
Alíquota IR / CSL	34%	34%
IR/CSL s/ diferenças temporárias	2.725	3.044
IR/CSL s/ diferenças temporárias	96.133	76.998

A Paranapanema S.A. e a Controlada Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda., fundamentadas nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2013 e aprovados pela Administração, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Paranapanema S.A. estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2013	-	12.375	-	12.375
2014	17.594	16.650	17.594	16.650
2015	40.379	22.575	40.379	22.575
2016	54.527	50.573	54.527	50.573
2017	30.261	28.067	30.261	28.067
2018 a 2022	46.484	45.699	56.877	55.850
	189.245	175.939	199.638	186.090

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Controladora Paranapanema S.A. tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos até o período-base de 2020.

Os benefícios de imposto de renda da Controladora Paranapanema S.A. estão condicionados à constituição de reserva de capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As reservas de incentivos fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

22.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada na demonstração do resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo antes do imposto de renda	(4.595)	(265.411)	(3.265)	(280.550)
Alíquota fiscal nominal combinada	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro (prejuízo)	1.149	66.353	(3.055)	79.754
Adições permanentes	2.222	(4.997)	3.817	(5.054)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	(3.375)	(3.395)	(3.375)	(3.527)
Provisões dedutíveis	(9.195)	(35.304)	(8.883)	(36.152)
Variação cambial líquida (regime caixa)	(11.378)	32.218	(11.378)	30.324
Ajustes da Lei 11.638/07	1.118	(2.196)	1.126	(2.353)
Patrimônio líquido negativo	-	(99)	-	(1.884)
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	5.838	-	6.523	7
Isenção de lucro da exploração	6.846	-	6.846	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(4.756)	61.575	(6.795)	69.122
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	3.057	3.395	3.057	3.527
Complemento (reversão) imposto de renda exercício anterior	-	1.106	-	1.117
Outros	350	-	383	-
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	18.624	(52.580)	20.904	(60.819)
Crédito de imposto de renda corrente	10.500	66.076	9.170	74.062
Imposto de renda do exercício corrente	(6.425)	-	(7.575)	(19)
Contribuição social do exercício corrente	-	-	(422)	-
Imposto de renda diferido	13.868	61.575	14.046	67.383
Contribuição social diferida	-	-	64	2.065
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	3.057	3.395	3.057	3.492
Contribuição social diferido sobre reserva de reavaliação	-	-	-	35
Impostos Diferidos	10.500	64.970	9.170	72.956
Complemento (reversão) imposto de renda exercício anterior	-	1.106	-	1.106
Crédito de imposto de renda e contribuição social	10.500	66.076	9.170	74.062
Taxa efetiva total	-228,51%	-24,90%	-280,86%	-26,40%
Taxa efetiva corrente	139,83%	0,00%	232,01%	0,01%

23. Segmentos operacionais

Com a alienação da controlada Cibrafértil Companhia Brasileira de Fertilizantes, a partir de 01 de outubro de 2012 a Companhia passou a atuar somente no segmento de cobre.

O segmento de cobre compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

Os principais produtos que compõem este segmento são: Vergalhão, Cátodo, Fio Trefilado, Tubos e Conexões, Laminados, Arames, Barras e Perfis, Cabos Flexíveis, Ácido Sulfúrico, Escória Granulada e Oleum.

A seguir, as informações selecionadas de resultado por segmento, referente a 2012 para fins de comparabilidade, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

	Cobre	Fertilizantes	Ajustes e eliminações	Consolidado
Balço patrimonial:				
Imobilizado	1.387.940	-	-	1.387.940
Intangível	5.177	-	-	5.177
Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes	(609.666)	-	-	(609.666)
Outros ativos e passivos, líquidos	678.279	-	-	678.279
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	1.461.730	-	-	1.461.730
Resultado do período				2012
Receita operacional líquida	3.942.983	94.621	(11.830)	4.025.774
Custo dos produtos vendidos	(3.762.432)	(90.923)	11.830	(3.841.525)
Lucro bruto	180.551	3.698	-	184.249
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(108.900)	(2.458)	-	(111.358)
Despesas financeiras líquidas	(65.047)	(5.671)	-	(70.718)
Outras despesas operacionais, líquidas	(279.965)	(2.758)	-	(282.723)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(273.361)	(7.189)	-	(280.550)

Abertura das receitas líquidas de vendas por mercado

	Cobre	Fertilizantes	Ajustes e eliminações	Consolidado
Mercado interno	2.786.076	94.621	-	2.880.697
Mercado externo	1.145.077	-	-	1.145.077
Intersegmento	11.830	-	(11.830)	-
Total receita líquida	3.942.983	94.621	(11.830)	4.025.774

24. Instrumentos financeiros

1) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de ser controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e para supervisionar a gestão de risco e uso de derivativos pela Companhia.

O Comitê de Finanças, Riscos e Contingências é responsável em garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que estas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.

A política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros.

A utilização de derivativos deve ser consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos podem ser utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados por esta política e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco, desde que se qualifique claramente como "hedge", tal como definido na presente política. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que os riscos identificados possam ultrapassar determinados níveis de tolerância estabelecidos por esta política e que sejam considerados inevitáveis.

A Companhia realiza operações de hedge com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos (apenas para a proteção do risco cambial) e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de hedge (hedge accounting) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38). Nem todas as operações de hedge com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de hedge

2) Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da BM&F (USD Spot, Cupom Cambial e Pré), LME(cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), CME/swap Market (Libor) e Reuters.

3) Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas tais como o cobre incluídas em contratos não canceláveis de compra ou venda de produtos que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega são considerados derivativos embutidos que requerem segregação e contabilização em separado, porque de acordo com o CPC 38/AG30 ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre por exemplo) embutidos em passivos ou ativos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal porque os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido que é bifurcado do seu contrato hospede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado como qualquer outro instrumento derivativo pode ser designado como instrumento de hedge numa relação de contabilidade de hedge tal como um hedge de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de concentrado de cobre e contratos de venda de produtos de cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado e venda de produtos com preço provisório contém um derivativo embutido o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

4) Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em três categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos mensurados pelo método do custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

						Controladora
						Valor Contabil
						Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 2013	Total em 2013
Ativos financeiros						
	Caixa e equivalentes de caixa	05 -	76.624	-	-	76.624
	Aplicações financeiras	05 -	339.684	-	-	339.684
	Contas a receber de clientes	06 695.962	-	-	-	695.962
	Instr Financeiros - Hedge Accounting	24 -	-	75	-	75
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	28.769	-	-	28.769
	Total dos ativos	695.962	445.077	75	-	1.141.114

Passivos financeiros						
	Fornecedores	12 -	-	-	1.621.589	1.621.589
	Empréstimos e financiamentos	13 -	-	-	1.118.099	1.130.001
	Instr Financeiros - Hedge Accounting	24 -	-	39.824	-	39.824
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	42.278	-	-	42.278
	Total dos passivos	-	42.278	39.824	2.739.688	2.833.692

						Controladora
						Valor Contabil
						Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 2012	Total em 2012
Ativos financeiros						
	Caixa e equivalentes de caixa	05 -	193.727	-	-	193.727
	Aplicações financeiras	05 -	439.267	-	-	439.267
	Contas a receber de clientes	06 631.557	-	-	-	631.557
	Instr Financeiros - Hedge Accounting	24 -	-	10.486	-	10.486
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	8.993	-	-	8.993
	Total dos ativos	631.557	641.987	10.486	-	1.284.030

Passivos financeiros						
	Fornecedores	12 -	-	-	1.845.594	1.845.594
	Empréstimos e financiamentos	13 -	-	-	805.195	805.195
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	5.483	-	-	5.483
	Total dos passivos	-	5.483	-	2.650.789	2.656.272

						Consolidado
						Valor Contabil
						Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 2013	Total em 2013
Ativos financeiros						
	Caixa e equivalentes de caixa	05 -	79.517	-	-	79.517
	Aplicações financeiras	05 -	375.170	-	-	375.170
	Contas a receber de clientes	06 605.980	-	-	-	605.980
	Instr Financeiros - Hedge Accounting	24 -	-	75	-	75
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	28.784	-	-	28.784
	Total dos ativos	605.980	483.471	75	-	1.089.526

Passivos financeiros						
	Fornecedores	12 -	-	-	1.575.745	1.575.745
	Empréstimos e financiamentos	13 -	-	-	1.118.099	1.130.001
	Instr Financeiros - Hedge Accounting	24 -	-	39.824	-	39.824
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	42.278	-	-	42.278
	Total dos passivos	-	42.278	39.824	2.693.844	2.787.848

						Consolidado
						Valor Contabil
						Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 2012	Total em 2012
Ativos financeiros						
	Caixa e equivalentes de caixa	05 -	195.529	-	-	195.529
	Aplicações financeiras	05 -	439.267	-	-	439.267
	Contas a receber de clientes	06 452.733	-	-	-	452.733
	Instr Financeiros - Hedge Accounting	24 -	-	10.486	-	10.486
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	8.993	-	-	8.993
	Total dos ativos	452.733	643.789	10.486	-	1.107.008

Passivos financeiros						
	Fornecedores	12 -	-	-	1.693.749	1.693.749
	Empréstimos e financiamentos	13 -	-	-	805.195	805.195
	Instr Financeiros - Demais Derivativos	24 -	5.228	-	-	5.228
	Total dos passivos	-	5.228	-	2.498.944	2.504.172

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2 – preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3 – são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco.

Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total em 2013	Nível 1	Nível 2	Total em 2013
Ativos financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	76.624	-	76.624	79.517	-	79.517
Aplicações Financeiras	-	339.684	339.684	-	375.170	375.170
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	75	75	-	75	75
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	28.769	28.769	-	28.784	28.784
Total dos ativos	76.624	368.528	445.152	79.517	404.029	483.546
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	1.621.589	1.621.589	-	1.575.745	1.575.745
Empréstimos e financiamentos	-	1.118.099	1.118.099	-	1.118.099	1.118.099
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	39.824	39.824	-	39.824	39.824
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	42.278	42.278	-	42.278	42.278
Total dos passivos	-	2.821.790	2.821.790	-	2.775.946	2.775.946

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total em 2012	Nível 1	Nível 2	Total em 2012
Ativos financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	141.027	52.700	193.727	142.829	52.700	195.529
Aplicações Financeiras	-	439.267	439.267	-	439.267	439.267
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	10.486	10.486	-	10.486	10.486
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	8.993	8.993	-	8.993	8.993
Total dos ativos	141.027	511.446	652.473	142.829	511.446	654.275
Passivos financeiros						
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	-	-	-	-	-
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	5.483	5.483	-	5.228	5.228
Total dos passivos	-	5.483	5.483	-	5.228	5.228

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2013

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Valor Justo		Valor recebido / (pago) em 2013
			2013	2012	2013	2012	
Designados para Hedge accounting							
Risco Cambial							
NDF	Vendido	USD/BRL	\$175.000	\$215.500	(30.887)	6.289	(8.932)
Receita de Vendas	Comprado	USD/BRL	-\$195.000	-\$215.500	-	-	-
NDF	Comprado	USD/BRL	\$21.334	-\$215.500	(463)	540	(3.345)
Total					(31.350)	6.829	(12.277)
Risco de taxa de Juros							
Swap	Comprado	Libor 3M/6M + VC	\$146.289	\$104.400	342.697	216.890	-
Swap	Vendido	Pré + VC	-\$146.257	-\$104.400	(342.622)	(216.555)	(79)
Total					75	335	(79)
Risco de preços de commodities							
NDF	Comprado	Cobre	6.850 tons	7.075 tons	2.039	130	(8.651)
Compromisso firme de venda	Vendido	Cobre	-6.850 tons	-7.075 tons	(2.705)	-	(12.032)
Derivativo Embutido	Vendido	Cobre	-24.412 tons	0 tons	(7.808)		
Total					(8.474)	130	(20.683)
Total derivativos designados para hedge accounting					(39.749)	7.294	(33.039)
Não designados para Hedge accounting							
Derivativos Metais							
NDF	Vendido	Cobre	49.007 tons	44.450 tons	(26.397)	2.444	36.116
NDF	Vendido	Ouro	23.545 Oz	3.382 Oz	6.457	(3)	6.621
NDF	Vendido	Prata	815.611 Oz	74.845 Oz	4.114	184	4.527
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumbo	1.800 tons	0 tons	(401)	-	(143)
Total Derivativos Metais					(16.227)	2.625	47.121
Derivativos Embutidos							
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	-16.076 tons	-37.421 tons	10.410	2.501	-
Derivativo embutido	Comprado	Ouro	18.294 Oz	0 Oz	(1.666)	-	-
Derivativo embutido	Comprado	Prata	519.715 Oz	0 Oz	(952)	-	-
Total					7.792	2.501	-
Derivativos de câmbio							
NDF	Vendido	USD/BRL	\$133.405	\$0	(1.656)	-	-
Non-Deliverable Foward - Não Terminados	Compra	USD/BRL	R\$ (238.666)	R\$ -	-	-	-
Swap - fluxo de caixa	Comprado	Pré	R\$ 5.000	-	4.838	-	195
Swap - fluxo de caixa	Vendido	Pré + VC	-R\$ 5.000	-	(5.947)	-	-
Total					(2.765)	-	195
Derivativos de ações							
Swap	Comprado	Ações - PMAM3	R\$ 58.250	R\$ 13.447	61.921	15.701	-
Swap	Vendido	CDI + 1% aa	R\$ (58.250)	R\$ (13.447)	(64.215)	(13.870)	-
Total					(2.294)	1.831	-
Total demais derivativos					(13.494)	6.957	47.316
Total					(53.243)	14.251	14.277
Ativo circulante					28.859	19.479	
Passivo circulante					(82.102)	(5.228)	

Resultados - Intrumentos financeiros derivativos

Intrumentos financeiros derivativos	2013	2012
Ganhos	47.316	42.920
Perdas	(33.039)	(50.623)
Efeitos MtM - operações não Realizadas	(53.243)	14.251

A apuração do valor de mercado dos derivativos pela companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré, cupom cambial) e preços divulgadas na Reuters e BM&FBovespa. O ajuste dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços spot divulgados na LME e LBMA.

5) Riscos de mercado

5.1) Risco cambial

A Paranapanema possui ativos e passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos denominados ou indexados em moeda estrangeira.

A Política estabelece que a gestão de riscos tem como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira através do uso de operações de balcão (Non Deliverable Forward) e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados a dólar).

A exposição em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		USD	USD	USD	USD
Objeto	Posição				
Contas a Receber	Comprado	922.245	-	922.245	658.110
Fornecedores	Vendido	(21.334)	-	(21.334)	-
Instrumento					
NDF - Designados para hedge accounting	Vendido	(133.666)	2.056	(133.666)	2.056
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(295.163)	-	(295.163)	-
Fornecedores	Vendido	(472.082)	-	(472.082)	-
Derivativos não designados para hedge accounting					
Swap (Pré x USD)	Vendido	(2.519)	-	(2.519)	-
NDF (USD/BRL)	Vendido	(133.405)	-	(133.405)	-
Contas a Receber	Comprado	370.810	657.064	370.810	658.110
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(56.173)	(310.952)	(56.173)	(310.952)
Fornecedores	Vendido	(127.186)	(699.835)	(127.186)	(699.835)
Exposição líquida total		51.527	(351.667)	51.527	307.489

5.2) Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Res 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de Trade Finance os quais foram feitas operações de Libor x Fixo, designado para hedge de fluxo de caixa, para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada no quadro a seguir:

		Consolidado / Controladora	
		Notional	
		2013	2012
Designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(330.533)	(304.004)
Derivativos - Swap	LIBOR	330.533	251.657
		-	(52.347)
Não designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(16.056)	(16.285)
		(16.056)	(16.285)
Empréstimos e financiamentos	T.JUROS RES.635/87	(14.732)	(10.151)
		(14.732)	(10.151)
Aplicações	CDI	374.171	491.524
Empréstimos e financiamentos	CDI	(327.773)	(195.436)
Derivativos - Swap	CDI	(58.250)	(13.447)
		(11.852)	282.641

5.3) Risco de commodities

A Paranapanema em suas atividades de negócio adquire matéria prima e vende produtos finais, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (London Metal Exchange).

A origem do risco de commodities é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de commodities de cada metal é dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda e estabelece limites de exposição ao risco.

		Consolidado / Controladora			
		2013		2012	
Posição		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	76.296 tons	1.321.620	70.809 tons	1.151.205
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	-12.645 tons	(219.048)	00 tons	-
Compromissos Firmes	Vendido	-5.900 tons	(102.202)	-7.125 tons	(115.837)
NDF	Vendido	00 tons	-	00 tons	-
Não designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	-15.634 tons	(270.818)	-27.943 tons	(454.286)
Compromissos Firmes	Comprad	328 tons	5.679	-6.158 tons	(100.112)
NDF	Vendido	-43.107 tons	(746.717)	-27.218 tons	(442.504)
Exposição líquida total		-662 tons	(11.486)	2.365 tons	38.466

O saldo da exposição de commodities não reflete os saldos contábeis e sim o valor de mercado.

5.4) Risco de preço de ações

A Companhia possui exposição ao preço de ações cotado na BM&FBovespa decorrente de um contrato de derivativo *Total Return Swap* e detém posição ativa na variação do preço da ação PMAM3 e passiva em CDI.

Controladora				
	2013		2012	
	Valor Referência	Notional	Valor Referência	Notional
Swap - PMAM3	11.885	58.250	3.166	13.447
Exposição líquida total	11.885	58.250	3.166	13.447

5.5) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2013, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

	Nocional	Unidade	Fatores de Risco	Cenário Provável	Impacto no resultado				Impacto nos resultados abrangentes			
					Cenário Baixa 25%	50%	Cenário Alta 25%	50%	Cenário Baixa 25%	50%	Cenário Alta 25%	50%
Risco Cambial												
Objeto de hedge												
Passivos	\$ -21.334	USD	USD	(49.977)	-	-	-	-	12.494	24.989	(12.494)	(24.989)
Instrumento de hedge												
NDF - Hedge de fluxo de caixa	\$ -133.666	USD	USD	(313.126)	-	-	-	-	78.281	156.563	(78.281)	(156.563)
Fornecedores	\$ -472.082	USD	USD	(1.105.899)	-	-	-	-	276.475	552.950	(276.475)	(552.950)
Empréstimos	\$ -295.163	USD	USD	(691.448)	-	-	-	-	172.862	345.724	(172.862)	(345.724)
Demais instrumentos não derivativos												
Ativos	\$ 217.475	USD	USD	509.457	(127.364)	(254.729)	127.364	254.729	-	-	-	-
Passivos	\$ -183.359	USD	USD	(429.537)	107.384	214.769	(107.384)	(214.769)	-	-	-	-
Demais derivativos												
NDF	\$ -133.405	USD	USD	(312.515)	78.129	156.257	(78.129)	(156.257)	-	-	-	-
Swap	\$ -2.519	USD	USD	(5.901)	1.475	2.951	(1.475)	(2.951)	-	-	-	-
Total	\$-1.024.053			(2.398.946)	59.624	119.248	(59.624)	(119.248)	540.112	1.080.226	(540.112)	(1.080.226)
Risco de taxa de juros												
Objeto de hedge												
Passivos	\$ -141.097	USD	LIBOR	(344.912)	-	-	-	-	1.645	3.306	(1.633)	(3.251)
Instrumento de hedge												
Hedge de fluxo de caixa	\$ 141.097	USD	LIBOR	75.228	-	-	-	-	(1.645)	(3.306)	1.633	3.251
Demais instrumentos não derivativos												
Passivos	16.056	BRL	TJLP	(15.070)	465	936	(536)	(1.385)	-	-	-	-
Ativos	374.171	BRL	CDI	374.551	(58)	(118)	57	113	-	-	-	-
Passivos	(327.773)	BRL	CDI	(315.166)	18.972	40.727	(17.706)	(33.265)	-	-	-	-
Demais derivativos												
Swap	(58.250)	BRL	CDI	(64.214)	(7)	(15)	8	15	-	-	-	-
Total				(289.583)	19.372	41.530	(18.177)	(34.522)	-	-	-	-
Risco de preço de commodities												
Objeto de hedge												
Compromissos firmes	(5.900)	ton	Cobre	(102.202)	25.550	51.101	(25.550)	(51.101)	-	-	-	-
Estoque de Cobre	24.412	ton	Cobre	(105.718)	(211.436)	105.718	211.436	-	-	-	-	-
Instrumento de hedge												
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	5.900	ton	Cobre	102.202	(25.550)	(51.101)	25.550	51.101	-	-	-	-
Hedge de Valor Justo dos estoques	(24.412)	ton	Cobre	105.718	211.436	(105.718)	(211.436)	-	-	-	-	-
Ativos, líquido	52.212	ton	Cobre	904.428	(226.107)	(452.214)	226.107	452.214	-	-	-	-
Demais derivativos												
NDF	(49.007)	ton	Cobre	(848.919)	212.230	424.460	(212.230)	(424.460)	-	-	-	-
Derivativo embutido	(3.868)	ton	Cobre	(66.994)	16.749	33.497	(16.749)	(33.497)	-	-	-	-
Total				(11.485)	2.872	5.743	(2.872)	(5.743)	-	-	-	-
Risco de preços de ações												
Swap	11.885	ações	PMAM3	61.921	(15.480)	(30.961)	15.480	30.961	-	-	-	-
Total				61.921	(15.480)	(30.961)	15.480	30.961				

6) Contabilidade de hedge

A Paranapanema adotou os seguintes programas de hedge accounting:

a. Hedge de Fluxo de Caixa de Dívidas com Juros Flutuantes

O objetivo do programa é fixar os juros flutuantes de dívidas. A combinação do derivativo e da dívida irá resultar numa saída de fluxo de caixa fixa/constante equivalente à taxa fixa do derivativo (ponta passiva do swap com taxa pré-fixada).

O objeto de hedge são as dívidas emitidas às taxas flutuantes como Libor (3M e 6M) em dólares. Os instrumentos de hedge são swap de taxas de juros, ativo em Libor e passivo em taxa pré-fixada.

b. Hedge de Fluxo de Caixa de Dívidas em Dólares

O objetivo do programa é garantir que o valor das dívidas indexadas ao dólar não sejam impactadas com variação cambial. A combinação do derivativo e da dívida irá resultar numa saída de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de hedge são as dívidas indexadas ao dólar. O instrumento de hedge contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - Non Deliverable Forward) de USD/BRL.

c. Hedge de Fluxo de Caixa de Receitas em Dólares

O objetivo do programa é garantir que a receita das vendas indexadas ao dólar não seja impactada com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de hedge são as receitas futuras altamente prováveis indexadas ao dólar. O instrumento de hedge contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - Non Deliverable Forward) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de hedge.

d. Hedge de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda

O objetivo do hedge de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME).

O objeto de hedge são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de hedge são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME).

e. Hedge de Valor Justo de Estoques

O objetivo do hedge de Valor Justo de Estoques é proteger o valor justo dos estoques de cobre, em dólares americanos (USD).

O objeto de hedge é o estoque de cobre da companhia em dólares americanos (USD). Os instrumentos de hedge são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013.

Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no CPC 38 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de hedge sujeitas à contabilidade de hedge (hedge accounting) documentando:

- i. O relacionamento do hedge;
- ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o hedge;
- iii. A identificação do instrumento de hedge (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo);
- iv. O objeto de hedge ou posição protegida;
- v. A natureza do risco a ser coberto;
- vi. A descrição da relação de cobertura;
- vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge quando aplicável;
- viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do hedge.

As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como hedges de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foi feito no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos	Referência	Valor de Mercado ¹		
					2013		2012
Hedge de Fluxo de Caixa							
Derivativos - designados					Instrumento	Objeto	
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2013 a Dez/2013	\$ 235.774	(8.932)	-	-
NDF - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Fev/2014 a Dez/2014	\$ 175.000	(30.887)	-	6.289
NDF - Encerrados	Dívidas USD	USD/BRL	Jan/2013 a Dez/2013	\$ -	(3.345)	-	-
NDF - Provisão	Dívidas USD	USD/BRL	jan/14	\$ -21.334	(463)	-	-
Swap - Encerrados	Dívidas - Libor 3M/6M	[Libor 3M/6M + VC] - [Pré + VC]	Jan/2013 a Dez/2013	\$ 89.700	(79)	-	-
Swap - Provisão	Dívidas - Libor 3M/6M	[Libor 3M/6M + VC] - [Pré + VC]	Jan/2014 a Set/2019	\$ 141.097	75	-	335
Não derivativos - designados							
ACC/PPE - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	dez/13	\$ 91.800	(8.840)	-	-
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2014 a Nov/2017	\$ -295.163	(39.371)	-	-
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2014 a Dez/2014	\$ 472.082	(7.264)	-	-
Derivativos - des-designados							
NDF - Encerrados		USD/BRL	dez/13	\$ 133.405	(1.656)	-	-
NDF - Provisão		USD/BRL	jan/13	\$ 15.500	1.047	-	-
Hedge de Valor Justo							
Derivativos							
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	Jan/2013 a Dez/2013	14.075 tons	(12.032)	-	130
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	Out/2013 a Jan/2014	5.900 tons	(2.705)	2.705	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	dez/13	11.678 tons	(3.736)	3.736	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	Jan-2014 a Fev-2014	12.733 tons	(4.073)	4.073	-

¹ O Valor de Mercado para os derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

	Consolidado / Controladora			
	Patrimônio Líquido		Resultado	
	2013	2012	2013	2012
Derivativos designados para hedge accounting				
Risco de commodities	-	-	(8.475)	130
Risco cambial	(36.438)	(6.290)	5.087	6.829
Risco de taxas de juros	75	(322)	-	-
	(36.363)	(6.612)	(3.388)	6.959
Não derivativos designados para hedge accounting				
Risco cambial	(47.236)	-	-	-
	(47.236)	-	-	-
Demais derivativos				
Risco de commodities	-	-	(8.435)	5.126
Risco cambial	-	-	(2.765)	-
	-	-	(11.200)	5.126

7) Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato do crédito alavancar o poder de compra do cliente.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da companhia. Desta forma a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating e somente em instituições que nos apoiam nas necessidades de empréstimos para capital de giro e financiamento do nosso *trade finance*.

Riscos de Crédito

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	76.624	193.727	79.517	195.529
Aplicações Financeiras	5	339.684	439.267	375.170	439.267
Contas a receber de clientes	6	695.962	631.557	605.980	452.733
		1.112.270	1.264.551	1.060.667	1.087.529

8) Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias e com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2013.

Os valores apresentados incluem principais e juros calculados estimados utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2,3426/US\$ 1), para as dívidas denominadas em dólares (PPE, ACC e Finimp) e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Risco de liquidez

Consolidado	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.935	37.935	-	-	-
Aplicações Financeiras	379.977	316.930	63.047	-	-
Contas a receber de clientes	369.934	366.696	3.238	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.132	3.132	-	-	-
	<u>790.978</u>	<u>724.693</u>	<u>66.285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos					
Empréstimos e Financiamentos	(1.263.866)	(588.610)	(214.487)	(425.035)	(35.734)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(108.898)	(108.898)	-	-	-
Fornecedores	(1.453.822)	(1.453.822)	-	-	-
	<u>(2.826.587)</u>	<u>(2.151.331)</u>	<u>(214.487)</u>	<u>(425.035)</u>	<u>(35.734)</u>
Posição Líquida	<u>(2.035.608)</u>	<u>(1.426.637)</u>	<u>(148.202)</u>	<u>(425.035)</u>	<u>(35.734)</u>

9) Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros do item 4 classificação de Instrumentos Financeiros.

10) Gestão do capital

O principal objetivo da administração do capital da Paranapanema e suas controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	13	1.118.099	805.195	1.118.099	805.195
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	24	89.894	3.195	76.519	3.195
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(76.624)	(193.727)	(79.517)	(195.529)
(-) Aplicações financeiras	05	(339.684)	(439.267)	(375.170)	(439.267)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	24	(28.844)	(14.945)	(15.484)	(14.945)
(=) Dívida (Caixa) líquida		762.841	160.451	724.447	158.649
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	24	(7.792)	946	(7.792)	691
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	24	-	(3.192)	-	(3.192)
(=) Dívida (Caixa) líquida c/ Derivativos Embutidos		755.049	158.205	716.655	156.148
Patrimônio líquido	17	1.377.441	1.461.730	1.377.441	1.461.730
<i>Quociente de alavancagem</i>		<i>35,64%</i>	<i>9,89%</i>	<i>34,47%</i>	<i>9,79%</i>
<i>Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos</i>		<i>35,41%</i>	<i>9,77%</i>	<i>34,22%</i>	<i>9,65%</i>

25. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referente à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2013	2012
Até 1 Ano	1.689	1.780
de 2 a 6 anos	7.012	7.469
acima de 6 anos	3.492	4.723
	<u>12.193</u>	<u>13.972</u>

26. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos cobertos na apólice de seguros e as especificações por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Seguros e Coberturas				
Bem Segurado	Riscos Cobertos	Modalidade	Nº Apólice	Importância Segurada
Instalações, Equipamentos, Estoques e Matéria-Prima	Danos Materiais, Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Pequenas Obras, Despesas Extraordinárias, Alagamento e Inundação, Erros e Omissões (involuntário), Quebra de Máquinas, Roubo/ Furto Qualificado.	Riscos Operacionais (All Risks)	9600 000 000 038	R\$ 2.084.468
Responsabilidade Civil	Reclamações de Terceiros.	Responsabilidade Civil Geral	247420-0	R\$ 4.000
		Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)	10.93.000.544-00	R\$ 25.000
Veículos e Responsabilidade Civil	Colisão, Incêndio, Roubo e Responsabilidade Civil Facultativa-Veículos.	Automóveis	33.31.14127221-0	100% do valor do veículo (Base Tabela FIPE)
Ações Judiciais	Garantia financeira de um valor correspondente ao depósito em juízo, que o réu (tomador) necessite realizar durante processos judiciais.	Garantia (Judicial)	-	Valor estipulado para causa defendida
Vida	Morte, Invalidez, Auxílio Funeral e Alimentação.	Vida em Grupo	340.000.116	30 vezes o salário base do colaborador
Mercadorias (inerentes a atividade do tomador)	Dano, Perda (total/ parcial) e Roubo.	Transporte Nacional	4749	R\$ 12.350.000 - Ajustável
		Transporte Importação	41883	R\$ 2.808.000 - Ajustável
		Transporte Exportação	41884	R\$ 2.234.700 - Ajustável

As apólices de riscos operacionais, responsabilidade geral, responsabilidade civil D&O, transportes nacionais e internacionais, saúde e vida em grupo, são apólices estipuladas pela controladora Paranapanema S.A.

27. Previdência privada

O plano de previdência complementar e o contrato de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, instituídos pela Companhia e empresas controladas é um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados cujas principais características são resumidas abaixo:

a) PGBL

Após atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, desde que desligado da Companhia; da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia.

b) VGBL

A Companhia e suas empresas controladas são contratantes do seguro de vida por sobrevivência sem, no entanto, participarem do custeio. O custeio consistirá no pagamento de prêmios pelo segurado à BrasilPrev, e os benefícios a serem gerados no futuro são originários do fundo acumulado formado pelos prêmios líquidos efetuados ao plano.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.756 (R\$2.129 em 30 de setembro de 2012).

28. Eventos Subsequentes

Em 20 de Fevereiro de 2014, a Paranapanema divulgou comunicado ao mercado informando que sua nova fábrica de tubos de cobre sem costura (Cast & Roll), inaugurada em outubro de 2013, alcançou em fevereiro de 2014, nível de produção suficiente para o atendimento da demanda do mercado, e que em razão disso, haverá redução a um nível mínimo de atividade de várias linhas de tubos de menores diâmetros na unidade de Capuava (Santo André – SP).

Com tais desativações, apenas as linhas de produção de tubos retos permanecerão temporariamente na unidade de Capuava, sendo que ao longo dos próximos doze meses, serão transferidos para a unidade de Utinga (Santo André – SP).

A área da antiga unidade fabril de Capuava, após a conclusão do remanejamento das linhas de produção de tubos retos para a planta de Utinga, será disponibilizada prioritariamente para a instalação de novas empresas industriais, de modo a contribuir para a consolidação da vocação industrial do município de Santo André, na região do ABC Paulista.

A Companhia estima que os custos de rescisão, incluindo encargos legais, indenizações, benefícios e assistência dos colaboradores que estavam alocados nas linhas de produção ora desativadas, montam aproximadamente R\$ 40.000.

O valor residual dos equipamentos das várias linhas de produção desativadas, totalizam R\$ 5.000

Conforme já havia sido amplamente divulgado, desde o início da construção do projeto da nova fábrica de tubos de Utinga - que utiliza uma das mais modernas tecnologias do mundo - a planta de Capuava, antiga e defasada tecnologicamente, já não apresentava níveis de produtividade, de qualidade e de flexibilidade industrial capazes de atender as diferentes necessidades do mercado, em constante evolução.